



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2019
(Do Sr. JESUS SÉRGIO)

“Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República acerca da redução do número de representantes da sociedade civil e da indústria cinematográfica no Conselho Superior do Cinema”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República acerca da redução do número de representantes da sociedade civil e da indústria cinematográfica no Conselho Superior do Cinema, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Quais motivos levaram à decisão do governo de reduzir de três para dois, os representantes da sociedade civil no Conselho Superior do Cinema?
- b) Quais são os benefícios para o país a determinação do governo federal para reduzir de seis para três, os representantes da indústria cinematográfica no Conselho Superior do Cinema?
- c) Que razões justificam a transferência da Agência Nacional do Cinema (Ancine), do Rio de Janeiro para Brasília, com os altos custos que essa transferências requer?
- d) Quais benefícios trazem ao país a transferência do Conselho Superior do Cinema do Ministério da Cidadania para a Casa Civil da Presidência da República?
- e) Por que o governo Bolsonaro tem dado tanta ênfase da redução dos Conselhos de representação popular nos ministérios?





JUSTIFICAÇÃO

Desde sua instalação, em 1º de janeiro do ano em curso, o governo Bolsonaro tem dados declarações e efetivado sucessivos ataques aos conselhos de representação popular presentes nas diversas áreas da administração pública federal.

Na contramão dos princípios democráticos que estabelecem a participação cada vez maior da sociedade nas decisões de governo, o atual executivo federal tem primado por diminuir o tamanho dos conselhos em todas as áreas de governo, mesmo que esses conselhos sejam apenas consultivos, isto é, o governo não é obrigado a executar suas decisões que não são mais que apenas sugestões para orientar a execução das políticas públicas. Além disso, o governo tem seus representantes que podem barrar deliberações de qualquer conselho.

Os conselheiros não recebem salários, representam os anseios da sociedade na execução das políticas governamentais e reforçam a democracia por meio da participação popular nas esferas de poder.

As mudanças no Conselho Superior do Cinema que acabam de ser anunciadas pelo governo federal, deixam transparecer um espírito de vendeta em relação a decisões anteriores desse colegiado que não agradaram a atual ideologia majoritária do executivo federal.

Não parece correto o ataque à democracia por motivação ideológica e preconceituosa quando temos tantas decisões maiores para tomar em nosso país em relação a recuperação da economia, a geração de empregos e renda, desenvolvimento nacional, entre tantos outros problemas que a sociedade brasileira espera que o governo as enfrente e supere.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO

